

ANÁLISE DO DISCURSO E LEITURA: O SUJEITO, O TEXTO E O SENTIDO

Manuella Felicíssimo
Universidade Federal de Minas Gerais

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir algumas possibilidades de se pensar a leitura no âmbito da Análise do Discurso, mais precisamente, a partir das contribuições teóricas de Pêcheux (1990), Foucault (1996) e Orlandi (2005). Nosso propósito é abordar conceitos como sujeito, texto e sentido a fim de melhor compreender a leitura como atividade discursiva. Nesse sentido, nosso olhar sobre esses conceitos será distinto de outras abordagens teóricas que também tratam da leitura, a abordagem estruturalista e a cognitivista, por exemplo.

Dentro ou fora do texto?

É fato que existem diferentes modos para se pensar e problematizar a leitura. Têm-se concepções teóricas preocupadas em compreender o processo cognitivo; outras mais focadas nos aspectos textuais que determinam a leitura; tem-se ainda vertentes mais sócio-antropológicas e históricas, que se voltam para a investigação dos modos de ler em determinadas épocas em função do aspecto cultural e da produção e circulação de textos. Atualmente, assiste-se também ao esforço de estudiosos que buscam compreender, sistematizar e explicar a leitura do hipertexto e conhecer as implicações desse novo espaço de leitura nos modos de ler.

Diante da vastidão de possibilidades, colocamos de modo mais preciso a *leitura* que pretendemos “investigar”: não se trata da leitura do mundo, nem das estratégias de leitura, ou seja, dos modos de o leitor abordar o texto. Trata-se de uma reflexão que se interessa pela construção do sentido, fatores que contribuem e que conduzem para o sentido (frisamos, na perspectiva do discurso). Nos voltaremos para três vertentes teóricas que conceituam a leitura e apresentam o *como se dá o sentido*. As duas primeiras são importantes noções que fomentaram discussões a respeito da leitura e seu ensino, a terceira é a concepção da qual comungamos, que procura dialogar leitura e discurso.

Leituras...

Na década de 1970 foi imperiosa a chamada abordagem estruturalista. Essa perspectiva entendia a leitura como uma atividade de decodificação; ler significava receber uma mensagem de um emissor, decifrá-la, cumprindo a função de destinatário. Nota-se que a atuação do leitor é rigorosamente passiva, sua intervenção junto ao texto se reduz ao reconhecimento de um determinado código, uma vez que na abordagem estruturalista não são considerados os fatores extralingüísticos para explicar a leitura. Os estudos das funções morfológicas, fonológicas, semânticas e gramaticais eram priorizados nessa perspectiva e explicavam o processo de construção do sentido.

A segunda abordagem, a cognitiva, trouxe para a compreensão da leitura e para o seu ensino as contribuições da psicolingüística e da sociolingüística, principalmente. Nesta perspectiva a atividade de leitura é compreendida tendo em vista os aspectos lingüísticos e também os aspectos contextuais; os conhecimentos enciclopédicos, conhecimento de mundo, conhecimento textual e lingüístico são reconhecidos como fundamentais e indissociáveis para e na construção do sentido. Com a abordagem cognitiva, a leitura, enquanto objeto de estudo, teve um grande ganho: ler não se restringia a uma atividade de captação – constata-se que o leitor preenche lacunas do texto e faz isso a partir do momento em que vai para além do mesmo.

Por fim, tem-se a abordagem discursiva. Nessa possibilidade teórica a leitura é tida como produção de sentidos. É nessa linha que o leitor é reconhecido como interlocutor. Ele não apenas decodifica, não apenas busca sentidos propostos no texto, como também interage com os discursos presentes **nele** (esta ambigüidade nos foi favorável, tendo em vista que o leitor interage tanto com discursos que circunscrevem o texto como com os discursos que o constituem (o leitor) e que são “acionados” quando no ato da leitura).

A partir dessa breve exposição podemos compreender os “progressos” que foram dados ao trato da leitura: saímos de uma visão estritamente lingüística – que não satisfazia a amplitude da leitura – para uma abordagem que propõe interação leitor-texto, chegando numa possibilidade teórica que compreende a leitura como discurso (ler é uma prática discursiva).

É essa última noção que tomamos para compreender os conceitos que expusemos acima: sujeito, texto e sentido.

Orlandi (2005), tomando como pressuposto teórico as contribuições da análise do discurso na linha pechetiana, define a leitura como sendo construção do sentido, sendo essa

construção determinada por fatores sócio-históricos e culturais e, principalmente, ideológicos. Nesse sentido, a autora compreende que ler não se reduz, de forma alguma, à decifração de códigos lingüísticos. O sentido seria instaurado quando um sujeito-leitor se coloca diante do texto e interage não apenas com o texto, mas com aquilo que constitui o texto (discursos). A partir da nova dimensão dada à leitura, as noções de texto e leitor são reconfiguradas.

O texto, na perspectiva discursiva, não pode ser entendido como um “recipiente” de palavras organizadas, textualizadas, que guardam o sentido. O texto é concebido como algo heterogêneo que é “atravessado por diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2005: 115) que, ainda segundo Orlandi, “regionalizam as posições do sujeito no texto” tendo em vista o espaço interdiscursivo.

Desse modo, a leitura pode ser entendida como uma prática social e culturalmente estabelecida, sendo regida por um conjunto de “ordens” que emergem desse social. Desse modo, o ato da leitura e a construção do sentido perpassariam a ordem institucional¹.

Com o intuito de nos fazermos mais claros, expomos uma mudança que uma instituição impôs à leitura e aos modos de ler. Nosso intuito é demonstrar que o *para quem ler* e o *como ler* são determinados sócio-culturalmente e que é nesse âmbito que se funda a dicotomia *saber e não-saber*, ou seja, o *legítimo* e o *não-legítimo* que se leia.

Retomamos, pois, o século XII. Nesse período podemos localizar uma importante mudança no que diz respeito ao trato dado à leitura. Segundo Hamesse (1998), é nessa época que se tem a tomada de consciência da leitura como prática de ensino; uma organização é imposta à leitura e ela se tornara uma atividade característica da escola e da universidade. No século XII surgem “mecanismos” para facilitar o acesso aos textos e também à leitura. Tendo em vista o grande número de textos em circulação, a “totalidade” se tornara inatingível (se é que algum dia ela foi possível!). É nesse período que são criados os florilégios, materiais que traziam trechos de textos e que tinham por função “facilitar” a leitura – podia-se ler sobre textos sem lê-los inteira ou efetivamente. Entre os séculos XII e XIV (período escolástico) se assiste, então, a uma passagem da leitura lenta e reflexiva para uma leitura mais rápida e utilitária. Assim, a *práxis* muda e as possibilidades de leitura para um texto também.

¹ Ver Coracini (2002). A autora, compartilhando com Foucault (1996), afirma que o texto é um produto ideológico, controlável por sujeitos *submersos* num determinado contexto sócio-histórico. Partindo dessa premissa, Coracini considera que a construção do sentido é determinada por convenções institucionais e sociais; essas convenções, segundo a autora, configuram a linguagem, a relação entre autor-texto-leitor, bem como o comportamento e as atitudes.

Como se pode observar, a escola impôs novas formas de ler e, inclusive, *para quê* ler. A partir da organização dada pela instituição escolar, a leitura passou a ter um caráter cumulativo, estritamente ligado à rentabilidade. Como afirma Hamesse (1998) a partir daí não se aborda mais um livro de um modo qualquer.

Também podemos encontrar uma outra representação da leitura nos séculos XVIII e XIX. Analisando a história da leitura na sociedade antiga, Chartier (2001) fala de duas representações da leitura: a leitura “como ato do foro privado por excelência” e a leitura como um “cerimonial coletivo” (CHARTIER, 2001:90). Recorrendo às imagens da época, o autor constatou que sobre a primeira, encontram-se com frequência pinturas de mulheres lendo sozinhas no interior da casa, concentradas e confortáveis, ou imagens de homens em bibliotecas, solitários, interagindo com o livro. Quanto às representações da leitura coletiva, tem-se imagens de grupos reunidos compartilhando um mesmo objeto impresso – geralmente esses grupos eram constituídos apenas de homens. A partir da análise das imagens, o autor observa que a leitura feminina, institucionalmente, esteve relacionada ao prazer, enquanto que a leitura do homem geralmente era apresentada como reflexão, busca do conhecimento.

Notamos que o estabelecimento dessas diferenças é de ordem social, diz respeito aos papéis de um e de outro na sociedade do século XVII e XVIII tendo em vista as instituições religiosa e familiar, principalmente.

Certamente, afirmar que a leitura perpassa instituições sociais não satisfaz a questão da construção do sentido. É preciso falar do lugar do texto e do leitor nessa relação.

Continuando na mesma linha que temos traçado, definimos agora o leitor em termos discursivos. Trata-se do sujeito-leitor, alguém ativo, que se apropria de um texto com sua história e sua cultura de vida e de leituras. A partir de um reconhecimento de si, do outro e do lugar da leitura (possíveis graças à memória discursiva) o sujeito-leitor constrói sentidos.

Se isso já nos encerrasse a discussão, como responderíamos a questão dos “erros”? Por que a leitura não se torna algo caótico? Cada sujeito tem uma história, tem leituras *sedimentadas*; se a leitura é um ato que podemos aproximar da enunciação, ler seria ainda algo único e irrepetível. Assim, como é proposta uma coerência ao texto lido? Como “garantir” uma pertinência à leitura?

Existem teorias, como a Semiótica Greimasiana, que creditam ao texto a leitura proposta: nele estaria marcado lingüisticamente, de modo implícito ou explícito, o plano de

leitura. Não discordamos do pressuposto da Semiótica; o que perguntamos para esse trabalho é como o leitor dá conta de seguir o percurso do texto.

Neste ponto da discussão nos deparamos com um terreno movediço. Em termos de discurso, acreditamos, não há como dizer o sentido está *aqui* ou está *ali*; se adotássemos esta perspectiva negaríamos o âmago daquilo que estudamos: que o discurso é algo mutável, organizador e organizado da e pela sociedade, que ele atravessa todos os modos de significar do homem e que é o elemento que os identifica como uma coletividade, mas que também permite o exercício da subjetividade. Claro que reconhecemos que não podemos nos acomodar nessa “espacidade” do discurso para não darmos resposta alguma às nossas questões. Assim, arriscaremos uma possível explicação: o sentido é construído, mais que isso, ele é co-construído (tomando emprestada a noção de Francis Jacques, 1983), ele se dá num processo de interação, nas marcas intradiscursivas que assinalam para o espaço interdiscursivo, o sentido é histórico, é cultural, ideológico; nos parece ainda que o sentido antecede a manifestação da linguagem e também se constrói a partir dela. O sentido está com aquele que toma a iniciativa do ato comunicativo e também com aquele que interpreta (quer se trate de um sujeito empírico quer se trate de um sujeito virtual).

Pelo que podemos observar, o sentido é um efeito do discurso, assim, a quem se interessa pelo sentido (no intuito de investigá-lo, já que ele é inerente a qualquer ato linguageiro) cabe assinalar em qual ou a qual dos “componentes” responsáveis pela construção do sentido se debruçará.

No nosso caso, daremos especial enfoque ao papel da ideologia – tendo em vista a coerência com nossa perspectiva teórica e com o que dissemos acima (é preciso delimitar!). Ainda que pareça reducionista, não acreditamos que o seja. Quem deu conta de alguma totalidade em termos dos estudos discursivos? Quem explicou algo sem remeter a vários terrenos (lingüísticos, extralingüísticos, sociais, filosóficos, políticos, antropológicos etc)?

Comungando, portanto, do pressuposto de Pêcheux (1990) pensamos que a ideologia é um fator interessante de ser abordado quando se pensa em discurso/sentido. Para o referido autor a ideologia não seria apenas um conjunto de idéias ou a mentalidade de uma época, seria aquilo que é vivido e praticado pelos sujeitos sociais sem que se tenha plena consciência. Desse modo, entendemos que *o além* do texto que prescreve a leitura é a ideologia, que,

através das formações discursivas², instaura o lugar que o sujeito deve assumir para ler. Essas formações discursivas são projetadas no texto através dos enunciadores, unidades constituintes do texto; assim, podemos realmente dizer que o texto propõe a leitura que deve ser feita. No entanto, essa proposta é oriunda de algo exterior e anterior ao texto.

O sentido advém da interpretação Orlandi (2005). A interpretação será diferente não apenas quando diferentes forem as linguagens, mas inclusive com relação a um mesmo sujeito que lê, à medida que um mesmo sujeito que lê um mesmo texto não o lê nas mesmas circunstâncias nem como o mesmo sujeito Coracini (2002).

Aqui a noção de leitura se assemelha à de enunciação. Diz-se da enunciação que se trata de uma atividade única e irrepitível. Quanto ao enunciado, de acordo com Parret (1983), ele não comenta toda a enunciação, ou seja, “nem toda enunciação é enunciada”. Assim, o enunciado sempre requer um trabalho de preenchimento de lacunas, esse preenchimento (*encatalise*) corresponde à interpretação para Parret.

Quando lemos, lemos enunciados, e preenchemos o texto para que possamos construir – e não somente apreender – sentidos. Dentro dessa perspectiva da enunciação, podemos dizer que esse preenchimento não é sempre regular, cristalizado, mas também não é algo desordenado. Pensado por aquele que enuncia, mas não totalmente controlável. Nem tanto ao enunciator nem tanto ao enunciatário.

Partindo do pressuposto de que a enunciação não é algo que se dá de uma instância de comunicação para outra, ou seja, ela não é unilateral, mas sim co-construída, - como nos observa autores como Francis Jacques (1983) e Emediato (2006), por exemplo - podemos reconhecer que a leitura é um evento interacional, uma interlocução. Assim, para que essa “parceria” se efetive mesmo entre dois sujeitos em tempos e espaços distintos, é preciso que exista algo que garanta essa possibilidade de “parceria”. Para nós esse algo é a ideologia: a ideologia de cada instituição regula a leitura e propõe um “pacto” entre os interlocutores.

Assim, o sentido é algo construído conjuntamente e essa co-construção se dá na interação com os discursos constituintes do texto. A regulação da posição que se deve assumir diante do objeto lido é garantida pelo “lugar” de onde se lê (ou situação). Esse trato é algo complexo e inconsciente – não nos damos conta de que nos adequamos a ele, somos “ensinados” socialmente.

² A noção de formação discursiva remete a Foucault (1996) e designa aquilo que pode ser dito em determinada circunstância e conseqüentemente aquilo que não pode ser dito; trata-se de lugares que os sujeitos devem assumir para que suas ações tenham pertinência e não se “desviem” do controle imposto ao discurso.

Desse modo, o leitor, a leitura, o texto e a construção do sentido são fenômenos discursivos e não papéis sociais (no sentido estrito da palavra), sendo, portanto, sujeitos às condições de produção do discurso e, por isso, mutáveis, mas regulados. Assim, a leitura, e tudo o que a envolve, é da ordem do discurso: o que significa que a sua compreensão requer que se extrapole o lingüístico, que se apreenda a memória depositada no lingüístico. Nesse sentido, a questão da leitura, para nós, não pode ser resolvida em nenhuma polaridade: está *aqui* ou *ali*. A leitura (como discurso) é um espaço de heterogeneidade, multiforme e dialógico – o que a torna um evento. Mesmo quando lemos textos passados, quando “voltamos” na história, lemos no tempo presente, com as determinações *do agora*. Nunca nos será possível ter a veracidade e a totalidade do passado (daí reconstruímos), essa reconstrução é sempre atual. Diante dessa realidade complexa optamos, nesse trabalho, por focar o papel da ideologia e das instituições na construção e nas possibilidades de construção do sentido.

Entendemos que a ordem que impede o caos da leitura está nesses dois “componentes”.

Por fim, dentre os vários ângulos pelos quais a leitura se permite vislumbrar, escolhemos um, certamente relegando outros (o que não significa negar a importância dos mesmos). O que tentamos fazer foi delimitar, escolher um modo e um lugar para tratar dessa questão, tendo em vista a vastidão própria do tema e dos conceitos que encabeçam esse trabalho. Não precisamos *sujeito é, leitura é, sentido é*, mas sim o que entendemos por cada um desses conceitos na nossa perspectiva teórica que, pensamos, pode contribuir para o entendimento da leitura enquanto prática discursiva e objeto de análise.

Conclusão

Este estudo teve por objetivo discutir as noções de sujeito, texto e sentido a partir das contribuições da Análise do Discurso de linha pechatiana. Nos propusemos a demonstrar que a construção do sentido não se encerra na construção lingüística, nem no suporte que abriga o texto, mas que há algo que é anterior à construção do texto e à sua leitura, a ideologia.

Demonstramos que os fatores ideológicos e institucionais regulam as possibilidades de leitura a partir de uma determinada “ordem”. Trata-se da ordem do discurso de cada instituição. Assim, a pertinência e a legitimidade do sentido são alcançadas quando existe um reconhecimento do “lugar” de interpretação requisitado no texto – mas não pelo texto.

Por fim, concluímos que a proposta da AD, aqui a de orientação francesa, situa a leitura num espaço de interação e de construção. Notamos que, como toda prática discursiva (social), a leitura é sujeita à instabilidade, à mudança e à historicidade. Mas também concluímos que existe uma “submissão” da leitura à organicidade, à previsibilidade e à repetição – chamada por Orlandi (1996) de leitura parafrástica. Compreendemos as primeiras características como da ordem da história e as últimas como da ordem do discurso, da instituição. Notamos, portanto, que a “liberdade” da leitura, seu caráter fluído e subjetivo é uma realidade, mas uma realidade aparente – transparente nas palavras de Orlandi (2005) –, pois quando se observam as condições “estruturantes” da leitura percebemos que é preciso um “fio” único que perpassa leitura, texto, leitor e sentido: o discurso.

Abstract

This paper approaches, briefly, the concepts of subject, text and meaning, through the discourse analysis called “pechetiana”. The goal is to study the reading within a discursive scope, and to do this considering points concerning the text, specially, extralinguistics questions that we see as extremely important to the reading comprehension.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.
- CORACINI, Maria José. Leitura: Decodificação, processo discursivo?. In: _____ (org.). *O jogo discursivo na aula de leitura*. Campinas: Pontes, 2002. p. 13-19.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HAMESSE, Jacqueline. O modelo escolástico da leitura. In: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (orgs). *História da Leitura no Mundo Ocidental* 1. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.123-139.
- ORLANDI, Eni. P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas – SP: Pontes, 2ª edição, 2005.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET & HAK (orgs.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990. p.61-105.